

## JUVENTUDE E LUTA DE CLASSES

Diego Marques Pereira dos Anjos<sup>1</sup>

Rubens Vinícius da Silva<sup>2</sup>

O objetivo desse texto é apresentar a relação existente entre a criação social da juventude e o processo de luta de classes na sociedade capitalista\*. Em várias partes do mundo atual ocorrem explosões de revolta popular e no meio dessas revoltas a juventude interfere e aparece como protagonista, o que não é diferente do que ocorre no Brasil. Ter consciência de que nas sociedades modernas existe uma faixa etária distinta das outras por seu processo de ressocialização repressivo e coercitivo é ter consciência das possibilidades, da força e do papel político das juventudes. Situada entre os processos repressivos, que visam a impedir a manifestação das potencialidades da juventude, e a coerção, que afirma determinados padrões de comportamento e valores dominantes que devem ser assumidos pela juventude (tais como a individualidade, competição, sucesso financeiro, etc.) indivíduos e grupos de jovens questionam a ordem estabelecida, e em alguns casos apontando para outra forma de organização social.

Entendemos por ressocialização repressiva o conjunto das relações sociais nas quais os jovens, ao serem constrangidos pelo processo de imputação de responsabilidades sociais (ter um emprego, ajudar na renda da família, casar, ter que cuidar de filho/a, estudar) estão submetidos a um conjunto de ações que impedem a manifestação de algo. Este “algo” pode se traduzir em ações de contestação da ordem vigente, seja na recusa do trabalho alienado ou mesmo no boicote aos meios de educação capitalistas. Já a ressocialização coercitiva se dá quando a referida dinâmica social é pautada num conjunto de ações que por sua vez suscitam a manifestação de algo.

---

<sup>1</sup>Mestrando em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. Militante do Movimento Autogestionário.

<sup>2</sup>Licenciando em Ciências Sociais pela FURB. Militante do Movimento Autogestionário.

\*Optamos durante a escrita do texto em não nos prolongarmos em citações, preferindo fazer um discurso direto. Isto não significa que as ideias aqui são novas e originais, mas buscam ser desdobramentos dos estudos sobre classe, luta de classes e juventude realizados pelos autores/companheiros de luta que citamos nas referências bibliográficas.

Ou seja, a repressão possui caráter proibitivo, ao passo que a coerção possui caráter afirmativo.

Entretanto, toda ação política da juventude acontece dentro de um determinado estágio da luta de classes: ora, é do cotidiano da integração da classe trabalhadora à ordem capitalista a submissão de seus jovens, esperançosos de um dia alcançarem o modo de vida das classes dominantes; por outro lado, grupos de jovens oriundos de classes sociais com uma posição privilegiada na divisão social do trabalho (como filhos de burocratas, intelectuais, pequenos e grandes comerciantes, militares, funcionários do estado, etc.) se envolvem com a luta política em favor das classes exploradas. A situação específica da juventude no interior das classes sociais na sociedade capitalista possibilita um maior desprendimento do atual estado de coisas, ou do *status quo*. Por isso que em tempos de “paz” entre as classes os filhos rebeldes da burguesia lançam mão de uma fraseologia agressiva, criam supostas organizações “proletário-estudantis” com mil e um programas, tarefas, reuniões e encontros com uma disciplina revolucionária que (acredita-se) trará a derrota final do capitalismo. Isso sem esquecer os mais belos devaneios com os ídolos revolucionários.

Mas, longe de cometer o que alguns chamariam de autoengano, essa mesma juventude organizada tem a consciência de que é somente com a radicalização das lutas por parte do proletariado e sua juventude que se pode contribuir decisivamente no sentido de fazer avançar a luta revolucionária. Tal concepção (mais ou menos difundida) trata-se de um avanço incontestável da luta de classes. O movimento expresso no Maio de 68 na França e as revoltas da juventude mundo afora confirmam esta tendência. Por determinações como estas, muitos indivíduos membros das classes privilegiadas saem de seus condomínios e vão morar em bairros periféricos.

A existência de classes sociais na sociedade capitalista decorre da continuidade histórica da divisão social do trabalho, que é uma relação social entre os seres humanos para produzir e reproduzir a vida material em sociedade. No processo de divisão social do trabalho temos o surgimento das classes sociais e das classes fundamentais de um determinado modo de produção. Estas classes, em sua relação concreta, fornecem a dinâmica das demais relações entre as classes sociais, as quais sem sua existência material

(da burguesia e do proletariado) seria impossível a reprodução de um determinado modo de produção.

No capitalismo, as classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. A classe capitalista é a detentora dos meios de produção e distribuição (instrumentos de trabalho, fábricas, terra, matérias-primas) e de todas as condições de trabalho; o proletariado é a grande parcela da população que é privada do domínio do produto do seu trabalho e de sua atividade e capacidade produtiva. Assim, no processo de produção dos meios necessários à vida, ocorre a separação entre quem planeja/dirige e entre quem executa a totalidade deste processo.

Historicamente, o proletariado foi expropriado de tudo o que existe no mundo, excetuando sua força de trabalho, que é o conjunto das energias físicas e psíquicas de um determinado ser humano que pode ser despendida ou gasta na realização de determinado trabalho e que no capitalismo tem de ser vendida forçosamente, convertendo-se também em mais uma mercadoria. Tal processo é a condição fundamental para que os capitalistas possam realizar a produção e posterior acúmulo de sua imensa riqueza. Daí que a fraqueza forçada dos trabalhadores é no fundo sua grande força, pois sem os trabalhadores a classe capitalista não pode colocar em movimento todo o complexo de produção que lhe dá poder, o qual é legitimado pelo estado e pelas burocracias, reforçado pelo poder da brutalidade policial, justificado pela intelectualidade e cientistas.

Divisão social do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas. A primeira diz respeito à apropriação do trabalho no próprio ato de trabalho, e a segunda diz respeito à apropriação do resultado do trabalho, dos seus produtos. Por isso que um mundo de riquezas materializadas em propriedades privadas significará sempre um mundo de miséria para a totalidade da classe trabalhadora. A divisão social do trabalho limita e fixa os indivíduos a uma atividade restrita no que tange ao conjunto das relações de trabalho. Cada um faz aquilo que lhe é exclusivamente determinado por essa divisão: o proletariado fica reduzido em sua atividade de trabalho, que assume distintas formas de acordo com o capital que lhe emprega (seja no comércio, na indústria, nos transportes, nos serviços, etc.), tal como um policial só pode reprimir, um político se reduz a controlar

por meio do estado a população, os cientistas e intelectuais criam ideias que justificam o mundo burguês, os juristas elaboram as leis, os artistas, sua arte, e por aí vai.

A existência de classes sociais significa que os interesses que se produzem dentro de uma sociedade estão fragmentados num conjunto de diversos valores, ideias, sentimentos, interesses, mentalidade e no conjunto das representações que os seres humanos elaboram sobre sua atividade real, que produzem diversas perspectivas de vida e de mundo diferentes e contraditórias decorrentes do local ocupado no processo de divisão social do trabalho, ou seja, pelo pertencimento a determinada classe ou grupo social. O ser humano deixa de ser membro de uma espécie de vida comum para se dividir em diversos grupos de homens e mulheres em permanente conflito. Diante desse quadro, o estado tenta se firmar como a expressão do direito universal de toda a sociedade, quando na realidade é justamente o reconhecimento de que o conflito de interesses antagônicos pode vir a questionar a própria existência da sociedade de classes. Daí que a existência do estado se fundamenta em expressar os interesses da classe dominante, embora de acordo com a dinâmica da luta de classes tem de conceder alguns direitos reivindicativos para as classes sociais exploradas e oprimidas em luta, visando amortecer e frear o desenvolvimento das lutas de classes.

As classes sociais são grandes grupos de seres humanos que estão divididos de acordo com as mesmas condições de vida comum, possuem os mesmos interesses e por isso travam, ora velada ora abertamente, uma oposição e (sobretudo em momentos de acirramento e radicalização dos conflitos entre as classes em luta) um antagonismo. Oposição aqui no sentido de reconhecer a existência de contradições sociais, cuja essência é ocultada pelo falso argumento de divergências pontuais, veladas ou não no que tange à conquista e disputa pelo poder de estado, no caso dos partidos políticos e das burocracias que lhes dão vida e pelo poder nas fábricas, lojas, escritórios, como é o caso das lutas entre as frações das burguesias nacionais e transnacionais. A dinâmica da luta de classes, quando de seu acirramento, possibilita e revela que existem antagonismos, que são interesses reais inconciliáveis entre as classes sociais fundamentais, o que constringe os membros das demais classes a se organizarem e tomarem partido nesta luta. As condições de vida do proletariado são semelhantes nas

várias regiões do planeta onde a classe capitalista domina. Isto significa que somente dispõem de um salário para reproduzir sua força de trabalho (comer, ter uma moradia, vestir-se, transportar-se para o trabalho, embora de acordo com a região do planeta essas condições sejam mais ou menos precárias). Os trabalhadores possuem uma condição de classe oposta à ostentação material da burguesia, ao consumo frenético das classes privilegiadas (burguesia, burocracia e intelectualidade), que é derivado do aumento e da expansão da produção de bens de consumo. Cabe ressaltar que tal dinâmica invade o modo de vida da classe proletária, que é constrangida pela produção de necessidades artificiais através da propaganda produzida pelo capital comunicacional (meios oligopolistas de comunicação) que apela para o consumo frenético.

O interesse mais imediato dos membros das classes trabalhadoras é o de aumentar seu salário e reduzir seu tempo de trabalho, além da conquista de direitos sociais (sobretudo de serviços públicos como saúde, educação, moradia), o que é um interesse oposto ao da burguesia, que nos momentos de crise econômica tem como primeira reação diminuir os salários, ou, aumentar o preço dos produtos necessários para a subsistência do trabalhador, além de aumentar a jornada e precarizar as condições de trabalho. Também os capitalistas se opõe à ampliação dos serviços públicos, porque aumentam parte da mais-valia (ou mais-valor) que a classe capitalista extraiu do proletariado e que vai ser transferida para as mãos do estado. De acordo com Nildo Viana, em sua obra *Manifesto Autogestionário*, o que caracteriza o capitalismo é a produção e extração de mais-valor. De acordo com o autor o mais-valor é caracterizado como sendo:

um excedente que só pode existir devido ao trabalho humano, vivo, concreto, que transforma as matérias-primas, utilizando ferramentas e máquinas, em um produto novo, com um valor acrescido ao anterior. O trabalho humano realizado acrescenta valor às mercadorias produzidas, produz um excedente. Este excedente, portanto, é produto do trabalho vivo da classe operária. Esta classe, ao acrescentar valor às mercadorias, ao produzir um mais-valor (ou “mais-valia”), permite a acumulação de capital e o predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, isto é, da classe capitalista sobre a classe operária (VIANA, 2008, p.16).

O estado (cuja classe que em sua atividade real o produz e reproduz é a burocracia estatal em suas diversas frações, junto com alguns setores da intelectualidade e trabalhadores subalternos) se apropria do mais-valor extraído da exploração da classe

operária pelos capitalistas para manter sua máquina em funcionamento. Das condições de vida e interesses de classe em comum resulta que enquanto existir classes sociais existirá enfrentamento e antagonismo entre as classes. Uma classe só pode existir em relação com outras classes, e como relação contraditória só pode produzir conflitos e antagonismos no interior da sociedade. Daí que a possibilidade concreta de explosão e radicalização dos conflitos sempre coloca no horizonte histórico o mundo novo da revolução social.

Por fim, cabe lembrarmos do lumpemproletariado, parte do proletariado marginalizado na divisão social do trabalho e do mercado consumidor e por fim dos direitos civis, sociais e políticos (a chamada “cidadania”). O lumpemproletariado é composto por desempregados permanentes, empregados do crime organizado e delinquentes, mulheres submetidas à prostituição, mendigos, sem-tetos, subempregados, etc. No capitalismo recente, esta classe se expande e conforma uma parte crescente do proletariado em todo o mundo, equivalendo ao que Marx conceituou como o chamado exército industrial de reserva. Trata-se de um grande contingente da força de trabalho que os capitalistas dispõem livremente, inclusive a parte mais vulnerável em caso de guerras e disputas internacionais entre os capitais nacionais. Por conta da possibilidade real de mobilidade entre frações do lumpemproletariado e do proletariado, há na primeira classe a existência de setores com forte radicalidade, quando reunidos em busca de seus interesses. Um exemplo histórico desta tendência se deu no Movimento *Piquetero* na Argentina durante a crise social no início dos anos 2000.

Os primeiros anos do século XXI estão mostrando que há uma intensificação das manifestações violentas, dos protestos de ruas, aumento do número de organizações de bairro, estudantis, de greves de trabalhadores, disputas territoriais, golpes de estado, guerras, etc. Após a emergência do estado neoliberal e da intensificação da exploração da força de trabalho, os conflitos sociais se alastraram pelo mundo, assumindo uma nova forma. O descontentamento e descrédito da classe trabalhadora em relação aos partidos e sindicatos gerou a recusa destas velhas formas de organização e o resgate de formas de auto-organização da população, como assembleias, ações diretas e organizações autônomas.

Ao que tudo indica, vivemos um novo ciclo da luta de classes, com movimentos compostos por grandes contingentes de setores oriundos das classes e grupos sociais intensamente explorados e oprimidos, que se expande com uma enorme velocidade, sem direcionamento e controle por parte das burocracias partidárias, sindicais e estatais. É nesse ponto que intervém a juventude contemporânea.

A base social que unifica todas as juventudes nas sociedades modernas (capitalistas) é o processo de ressocialização que prepara os jovens para a vida adulta, fundamentalmente a inserção no mercado de trabalho e no mundo das responsabilidades sociais (civis e políticas). Durante o modo de produção feudal, a palavra jovem se referia a indivíduos com mais de cinquenta anos. Atualmente a palavra (ou o conceito, já que faz parte da linguagem de várias ciências) delimita uma determinada faixa etária da população. Para os sociólogos que estudam a juventude, a criação social desse grupo data do período de transição do século XIX para o século XX, quando as fortes lutas dos trabalhadores por diminuição da jornada de trabalho e proibição do trabalho infantil restringiram o acesso de parcelas do proletariado ao emprego nas péssimas condições das fábricas. Outras determinações para a formação da juventude foram a universalização da escolarização, aumento das tecnologias das fábricas que exigiam trabalhadores mais especializados, maior possibilidade de ingresso e permanência nas universidades (para a parcela privilegiada dos jovens, geralmente filhos e filhas das classes privilegiadas), escolas técnicas, consumo dos primeiros produtos do mercado capitalista de cultura como as tirinhas e HQ's, música, cinema, acampamentos, etc.

A socialização das novas gerações sob a sociedade capitalista ocorre em duas etapas: na primeira socialização, a criança aprende a viver sob determinadas relações sociais, se apropriando de determinadas habilidades (falar, ler, escrever, etc.), ideias, valores, padrões de comportamento, etc. Na ressocialização, os jovens são preparados para sua inserção no mercado de trabalho e de consumo, o que varia bruscamente de acordo com a classe social de cada jovem. Este pode aprender desde habilidades básicas até as habilidades especializadas, para os que alcançam e saem dos meios universitários e acadêmicos. Além disso, o jovem é preparado para as atividades e responsabilidades

sociais tais como casamento, sustento da família, cuidar dos filhos, votar, e todas as formalidades que enquadram o chamado adulto-padrão.

O processo de ressocialização da juventude é ainda mais repressivo que o das crianças, pois é durante essa etapa que anseios pessoais são reprimidos e substituídos pelas imposições que a sociedade determina para cada indivíduo de sua classe, gerando assim diversos indivíduos descontentes e com graves problemas psíquicos, os quais entram em conflito com o processo de ressocialização, não se enquadrando com o que dele é esperado e imposto.

Diversas instituições atuam na formação da juventude. A escola é a mais violenta e influente destas, estando presente desde o período da infância e permanece por mais ou menos tempo, de acordo com a classe e o processo histórico de vida do indivíduo. As chamadas “instituições científicas” como a psiquiatria, medicina e os meios de comunicação (que são responsáveis pela moldagem dos padrões de comportamentos e valores socialmente desejáveis, que são os valores dominantes, tais como o individualismo e a competição social) também exercem um forte poder de intervenção e submissão das juventudes. Por fim, temos a instituição policial, presente no cotidiano dos jovens de periferia e os partidos políticos, além das demais instituições estatais.

A juventude que é ressocializada na sociedade capitalista atual é atingida por dois processos: de um lado, a precarização dos serviços públicos como saúde, educação, transporte, moradia (através do neoliberalismo) e de outro a ressocialização, ao ingressar num mercado de trabalho em que a intensificação da exploração da força de trabalho se universaliza para todas as regiões do planeta, atingindo todas as parcelas da população trabalhadora. Esse duplo processo é agravado pela intensificação da repressão militar, o que cria condições cada vez mais instáveis e precárias durante a ressocialização, apontando para a intensificação e radicalização das revoltas juvenis nos próximos anos, o que tende a gerar um aumento de organizações políticas juvenis que em seu interior recusam a burocracia e ideologia da representação. Essas organizações são muito importantes porque tendem a romper com o processo de ressocialização repressivo e coercitivo que os jovens sofrem, manifestando outras possibilidades de vivência política, cultural e comportamental, longe das instituições controladas pelos adultos-padrão.

O último grande período em que a sociedade capitalista foi questionada como um todo foi durante as revoltas estudantis e greves de trabalhadores que explodiram ao redor do mundo na virada da década de 1960 e início dos anos de 1970. O Maio de 1968 na França é simbólico do nível de radicalização da luta de classes daquele período: após a prisão de estudantes seguiu-se uma onda de ocupações de universidades que atingiram várias regiões da França, acompanhadas pela greve geral de trabalhadores que sofriram com a piora das condições de vida. Cerca de dez milhões de trabalhadores cruzaram os braços durante aquele mês na França, a maior greve geral registrada na história do capitalismo até então. A luta dos jovens estudantes foi impulsionada e reforçada pela mobilização dos trabalhadores, sendo que a última grande crise capitalista se encerrou com uma nova possibilidade de manifestação política, a aliança proletária-estudantil contra a classe burguesa. A existência e o aumento do número de organizações revolucionárias criadas por jovens é uma possibilidade concreta para essa aliança, o que tende a radicalizar os conflitos sociais.

Diante dessas possibilidades e analisando as experiências históricas recentes da juventude proletária e lumpemproletária (como a Revolta dos Pinguins no Chile entre 2005 e 2007, os grandes movimentos de ocupações de rua e espaços públicos na Turquia, Espanha, Tunísia e EUA, e mais recentemente as Jornadas de Junho e Julho de 2013 no Brasil) o horizonte que se apresenta é da necessidade de uma alternativa de sociedade, para além dos questionamentos e busca de satisfação de interesses imediatos das classes exploradas (redução da jornada de trabalho, melhora nas condições de vida e acesso a bens de consumo e serviços estatais assistenciais).

A necessidade da transformação total da sociedade se encontra latente em setores da juventude, sobretudo naqueles setores que estão em organizações que se pretendem revolucionárias. Contudo, ainda é inexistente no conjunto do proletariado e demais grupos oprimidos a consciência e o interesse (ou o interesse consciente) de transformar a sociedade em sua totalidade. *O protagonismo juvenil nas milhares de manifestações que vêm explodindo cotidianamente no mundo capitalista aponta que um setor da população pode precipitar e antecipar ações mais radicalizadas, influenciando assim*

*o proletariado, única classe na sociedade capitalista capaz de apresentar uma alternativa de transformação total.*

A ação do Movimento Passe Livre no ano de 2013 foi exemplar desse processo que falamos, embora em escala bastante reduzida: a organização (que possui ideias e princípios que negam a sociedade capitalista) em luta contra o aumento da passagem contribuiu (juntamente com inúmeras outras determinações como a repressão policial, a piora nas condições de vida da população durante os últimos 10 anos de governos neoliberais, o descrédito com relação às ações das burocracias sindical e partidária, etc.) para que uma onda de manifestações se espalhasse por todo o Brasil, estimulando setores descontentes, com o governo e com a situação mais geral do país, a sair para as ruas e se manifestar.

Passado um ano das Jornadas de Junho e Julho vivenciamos a intensificação dos protestos “violentos” em regiões das cidades onde estão concentrados o proletariado e o lumpemproletariado. Em algumas dessas cidades, é rotina assistir um jornal e observar notícias de ônibus pegando fogo, barricadas espalhas pelas ruas, manifestantes mascarados e policiais tresloucados e enfurecidos contra a população pobre e periférica. A onda de manifestações do ano passado antecipou uma forma de luta até então pouco usual entre os setores da população acostumados com a forte repressão. Desta forma, vê-se que o medo se foi e a coragem se traduz na seguinte ação: fechar a rua e queimar ônibus. O medo é conservador, um sentimento que gera insegurança, apatia e faz com que indivíduos violentados, reprimidos e oprimidos aceitem sua condição, ao ponto de naturalizá-la na vida adulta. O medo é estimulado e fomentado pelos meios de comunicação, invadindo o conjunto das representações sociais cotidianas, sobretudo no seio dos membros das classes exploradas e oprimidas. Ao passo que a coragem, sobretudo entre os setores juvenis em luta aqui relatados, é um sentimento revolucionário, posto que se traduz em ações conscientes de negação da ressocialização repressiva e coercitiva, como em atos de pichação política, ocupação de ruas, enfrentamentos violentos com as forças da repressão estatal, promoção de ações culturais visando corroer a hegemonia burguesa, etc. Tal conjunto de ações carrega em si

a produção de relações sociais, valores, ideias e sentimentos que geram desejos e interesses de superar a ordem burguesa.

Esta situação se repete em vários países e também aponta os limites da participação política da juventude organizada. No Chile, por exemplo, acompanhando a mobilização estudantil por educação pública e de qualidade, inúmeras organizações da sociedade civil também saíram às ruas para se manifestar. Após anos de luta uma nova lei sobre o sistema de ensino foi criada, fundamentada no ensino público. Mas a superação de demandas particularistas só pode ocorrer com a generalização da luta com o conjunto do proletariado em luta por seus interesses, que entram em conflito radical com os interesses capitalistas, podendo gerar a ruptura social. Mas enquanto jovens estudantes, estes tendem a se manter em seus interesses particulares, o que pode ser superado com a luta do proletariado. Luta esta que os jovens podem estimular, mas jamais substituir. Situações históricas e sociais semelhantes são as explosões de onda de manifestações em vários países que anteriormente citamos, observando as especificidades nacionais. Em todos os territórios do mundo, a juventude combativa está se manifestando e provocando onda de manifestações com aumento e apoio massivo da população. Tal estratégia permite-nos vislumbrar um cenário de contestação social cada vez mais radicalizado para os próximos anos, os quais tendem a ser potencializados com a luta do proletariado.

O projeto latente na única classe revolucionária de nossa época é o da autogestão social, tendência histórica e social já manifesta nas experiências revolucionárias do proletariado, que tende a abolir a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção, distribuição e consumo dos meios necessários à vida, bem como instaurando novas relações sociais, mentalidade, valores, ideias e sentimentos, os quais surgem como embrião no próprio processo da luta encarniçada contra os defensores do capital e do estado. Somente assim, será possível destruir para constituir sobre novas e superiores bases uma juventude e humanidade radicalmente emancipadas e totalmente livres.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, Lisandro. *Classe em Farrapos: Acumulação Integral e Expansão do Lumpemproletariado*. Pedro & João Editores, 2013.

\_\_\_\_\_. A intelectualidade como classe auxiliar da burguesia. *Revista Despierta* – revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento. Número 01, ano 01, de janeiro a junho de 2014

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

\_\_\_\_\_. *A Dinâmica da Violência Juvenil*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.